

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVA OBJETIVA --

### DIREITO CONSTITUCIONAL

#### Questão 1

Segundo a Constituição do Estado do Piauí, a alienação dos bens imóveis do estado do Piauí

- Ⓐ é proibida em ano de eleição para governador do estado.
- Ⓑ sempre dependerá de avaliação, ainda que a transferência seja de autarquias ou fundações públicas.
- Ⓒ sempre dependerá da realização de licitação, na modalidade prevista em lei nacional.
- Ⓓ sempre dependerá da realização de licitação, preferencialmente na modalidade concorrência.
- Ⓔ sempre dependerá da realização de licitação, preferencialmente na modalidade tomada de preço.

#### Questão 2

Cláudio, secretário de Estado no governo do estado X, cometeu crime comum e Lúcio, também secretário de Estado no mesmo governo, cometeu crime de responsabilidade conexo com o crime de responsabilidade cometido pelo governador do referido estado.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Constituição do Estado do Piauí, Cláudio e Lúcio serão processados e julgados

- Ⓐ pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e pela Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, respectivamente.
- Ⓑ pela Assembleia Legislativa do Estado do Piauí e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, respectivamente.
- Ⓒ pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), respectivamente.
- Ⓓ pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.
- Ⓔ pela Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

#### Questão 3

Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), as fundações públicas de direito privado

- Ⓐ podem prestar serviços públicos de saúde, pois não há um modelo de organização administrativa pré-definido pela Constituição Federal de 1988 que impeça tal prestação, prevalecendo a autonomia de cada ente federativo.
- Ⓑ não podem prestar serviços públicos de saúde, dada a existência de modelo de organização administrativa pré-definido pela Constituição Federal de 1988 segundo o qual não é possível tal prestação.
- Ⓒ podem prestar serviços públicos de saúde se a Constituição do ente federativo prever essa possibilidade, dada a exigência, nesse sentido, do modelo de organização administrativa pré-definido pela Constituição Federal de 1988.
- Ⓓ podem prestar serviços públicos de saúde, pois, mesmo havendo um modelo de organização administrativa pré-definido pela Constituição Federal de 1988, prevalece a autonomia de cada ente federativo.
- Ⓔ não podem prestar serviços públicos de saúde, pois não há um modelo de organização administrativa pré-definido pela Constituição Federal de 1988 que permita tal prestação.

#### Questão 4

Lei estadual que determine a obrigatoriedade de as empresas do setor têxtil produzirem peças de vestuário que contenham etiquetas em braile ou qualquer outro meio acessível à compreensão das pessoas com deficiência visual é

- Ⓐ constitucional, pois dispõe sobre assunto de competência comum da União, dos estados e do Distrito Federal.
- Ⓑ inconstitucional, pois dispõe sobre assunto de competência privativa da União.
- Ⓒ inconstitucional, pois dispõe sobre assunto de competência exclusiva da União.
- Ⓓ constitucional, pois dispõe sobre assunto de competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal.
- Ⓔ constitucional, pois dispõe sobre assunto de competência concorrente da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

#### Questão 5

Lei estadual que preveja como atribuição do tribunal de contas do estado o exame prévio da validade de contratos administrativos celebrados pelo poder público é

- Ⓐ inconstitucional, independentemente do valor do contrato, por falta de previsão na Constituição Federal de 1988 (CF).
- Ⓑ constitucional, pois tal exame é legalmente previsto na fiscalização orçamentária.
- Ⓒ inconstitucional, a depender do valor contratado, por se tratar de fiscalização operacional.
- Ⓓ constitucional, pois tal exame é legalmente previsto na fiscalização contábil.
- Ⓔ constitucional, pois tal atribuição visa à economicidade da fiscalização contábil.

#### Questão 6

Considerando que a Constituição de determinado estado da Federação preveja o julgamento dos conselheiros do tribunal de contas do estado pela assembleia legislativa, nas hipóteses de crimes de responsabilidade, e o processamento e o julgamento do governador por crime comum pelo STJ mediante autorização prévia da assembleia legislativa, assinale a opção correta.

- Ⓐ A previsão em relação ao julgamento dos conselheiros do tribunal de contas estadual é inconstitucional, ao passo que a previsão em relação ao processamento e julgamento do governador do estado é constitucional
- Ⓑ Ambas as previsões estão de acordo com o previsto na CF.
- Ⓒ Ambas as previsões são inconstitucionais, visto que estão em desacordo com o previsto na CF.
- Ⓓ A previsão em relação ao julgamento dos conselheiros do tribunal de contas estadual é constitucional, ao passo que a previsão em relação ao processamento e julgamento do governador do estado é inconstitucional.
- Ⓔ A previsão em relação ao julgamento dos conselheiros do tribunal de contas estadual é constitucional apenas no que se refere aos crimes comuns, ao passo que a previsão em relação ao processamento e julgamento do governador do estado é inconstitucional.

**Questão 7**

Caso lei estadual estabeleça equiparação remuneratória entre procuradores do estado e delegados de polícia do ente federativo, a legitimidade para propor ação de descumprimento de preceito fundamental perante o STF será

- Ⓐ procurador-geral de Justiça do estado.
- Ⓑ do procurador-geral do Estado.
- Ⓒ da Associação Nacional dos Procuradores do Estado e do Distrito Federal (ANAPE).
- Ⓓ do secretário de Justiça do estado.
- Ⓔ do delegado-geral de polícia do estado.

**Questão 8**

Lei municipal em vigor, de iniciativa parlamentar, que preveja apenas transmissão ao vivo e pela Internet das licitações dos Poderes Legislativo e Executivo

- Ⓐ não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo, pois apenas cria uma despesa para a administração pública, mas não trata de sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos, nem do regime jurídico de seus servidores.
- Ⓑ usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo, pois cria despesa e trata das atribuições dos órgãos da administração pública.
- Ⓒ não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo, pois apenas trata da estrutura da administração pública.
- Ⓓ usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo, pois cria despesa e trata da estrutura da administração pública.
- Ⓔ usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo, pois trata da estrutura e das atribuições dos órgãos da administração pública.

**Questão 9**

É da competência privativa do Senado Federal

- Ⓐ sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- Ⓑ apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- Ⓒ aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 2.500 hectares.
- Ⓓ estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- Ⓔ resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

**Questão 10**

Segundo a Constituição do Estado do Piauí, se um procurador do estado cometer alguma infração administrativa, no exercício da função, caberá

- Ⓐ ao Conselho Superior da PGE/PI apurar os fatos e à Corregedoria da PGE/PI propor as medidas administrativas e disciplinares cabíveis.
- Ⓑ à Corregedoria da PGE/PI apurar os fatos e propor as medidas administrativas e disciplinares cabíveis.
- Ⓒ à Corregedoria da PGE/PI apurar os fatos e ao Conselho Superior da PGE/PI propor as medidas administrativas e disciplinares cabíveis.
- Ⓓ ao procurador-geral do estado apurar os fatos e aplicar as medidas administrativas e disciplinares cabíveis.
- Ⓔ ao Conselho Superior da PGE/PI apurar os fatos e propor as medidas administrativas e disciplinares cabíveis.

**Questão 11**

Residem no Brasil Pedro, brasileiro nato; Lucas, brasileiro naturalizado; Marcos, estrangeiro com processo de naturalização brasileira em curso; e João, estrangeiro. Lúcia, que é estrangeira, reside no exterior e está a passeio no Brasil.

Nessa situação, fazem jus à assistência social prevista na CF

- Ⓐ Pedro, Lucas e Marcos, somente.
- Ⓑ Pedro, Lucas e João, somente.
- Ⓒ Pedro, Lucas, Marcos, João e Lúcia.
- Ⓓ Pedro, Lucas, Marcos e João, somente.
- Ⓔ Pedro e Lucas, somente.

**Questão 12**

Segundo dispõe a CF, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros princípios, os da

- Ⓐ busca do pleno emprego e propriedade privada.
- Ⓑ legalidade e defesa do consumidor.
- Ⓒ razoabilidade e defesa do meio ambiente.
- Ⓓ legalidade e função social da propriedade.
- Ⓔ razoabilidade e livre concorrência.

**DIREITO ADMINISTRATIVO****Questão 13**

Assinale a opção que apresenta o critério mais adequado para conceituar o direito administrativo, conforme a doutrina majoritária brasileira.

- Ⓐ critério da administração pública
- Ⓑ escola do serviço público
- Ⓒ critério das relações jurídicas
- Ⓓ critério teleológico
- Ⓔ critério do Poder Executivo

**Questão 14**

No que diz respeito aos poderes da administração pública, julgue os itens seguintes.

- I É característica fundamental do poder normativo da administração pública a capacidade plena de inovar no ordenamento jurídico, por meio da criação de direitos e obrigações.
- II No âmbito de um processo administrativo disciplinar, a aplicação de sanção pela autoridade competente a servidor público que tenha praticado ilícito administrativo exemplifica a manifestação do poder disciplinar.
- III De acordo com a doutrina, para fins do exercício do poder de polícia, o ciclo de polícia pode se desenvolver em quatro fases: ordem, consentimento, fiscalização e sanção.
- IV É defeso estipular, mediante lei estadual, prazo para que o chefe do Poder Executivo apresente a regulamentação de disposições legais, a fim de dar cumprimento à função atípica normativa de seu poder regulamentar.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e III.
- Ⓑ I e IV.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ I, II e III.
- Ⓔ II, III e IV.

**Questão 15**

A entidade integrante da administração indireta cuja instituição é autorizada por lei específica e cuja área de atuação é definida mediante lei complementar denomina-se

- A** empresa pública.
- B** fundação pública.
- C** sociedade de economia mista.
- D** agência executiva.
- E** autarquia.

**Questão 16**

Assinale a opção que apresenta o instrumento previsto na Lei n.º 13.019/2014 por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas entre a administração pública e as organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública e que envolvam a transferência de recursos financeiros.

- A** termo de parceria
- B** acordo de cooperação
- C** termo de colaboração
- D** termo de fomento
- E** contrato de gestão

**Questão 17**

A respeito do que a Lei n.º 9.784/1999 dispõe acerca da decisão coordenada, julgue os itens a seguir.

- I A referida decisão é aplicável aos processos administrativos de licitação e aos processos administrativos relacionados ao poder sancionador.
- II A decisão coordenada exclui a responsabilidade originária de cada órgão envolvido ou autoridade envolvida.
- III É admitida a decisão coordenada nas decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- IV Cada órgão ou entidade participante da decisão é responsável pela elaboração de documento específico sobre o tema atinente à respectiva competência, a fim de subsidiar os trabalhos e integrar o processo da decisão coordenada.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e II estão certos.
- B** Apenas os itens I e IV estão certos.
- C** Apenas os itens II e III estão certos.
- D** Apenas os itens III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 18**

Com fundamento na jurisprudência do STF e na legislação vigente, julgue os itens seguintes, a respeito dos militares dos estados.

- I O benefício da pensão militar é igual ao valor da remuneração do militar da ativa ou em inatividade.
- II O benefício da pensão militar é irredutível e deve ser revisto automaticamente na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.
- III A relação de beneficiários dos militares dos estados, para fins de recebimento da pensão militar, é a mesma estabelecida para os militares das Forças Armadas.
- IV A inclusão, em um mesmo diploma normativo, de regra geral comum a servidores civis e militares ofende a exigência constitucional de lei específica para tratar da inatividade dos militares.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III.
- B** I e IV.
- C** II e IV.
- D** I, II e III.
- E** II, III e IV.

**Questão 19**

Acerca do que dispõe a Lei n.º 11.107/2005 sobre consórcios públicos, assinale a opção correta.

- A** Atendidos os requisitos da legislação civil, todo consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito privado.
- B** A extinção de contrato de consórcio público depende de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei pela maioria dos entes consorciados.
- C** É vedada a retirada do ente da Federação do consórcio público, a fim de evitar o prejuízo das obrigações já constituídas no contrato.
- D** A União somente participará de consórcios públicos de que também façam parte todos os estados em cujos territórios estejam situados os municípios consorciados.
- E** A alteração de um contrato de consórcio público depende de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei aprovada por todos os entes consorciados.

**Questão 20**

Nos termos da Lei n.º 14.133/2021, é dispensável a licitação para a

- A** aquisição de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- B** contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.
- C** contratação de serviços técnico-especializados para a elaboração de pareceres por profissionais ou empresas de notória especialização.
- D** aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- E** contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

**Questão 21**

O prazo prescricional das infrações previstas na Lei n.º 12.846/2013 — a ser contado da data da ciência da prática da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado o ilícito — é de

- A** 2 anos.
- B** 3 anos.
- C** 5 anos.
- D** 8 anos.
- E** 10 anos.

**Questão 22**

No que se refere a bens públicos, julgue os itens seguintes de acordo com as disposições legais aplicáveis ao tema e à jurisprudência dos tribunais superiores.

- I São oponíveis à União os registros de propriedade particular de imóveis situados em terrenos de marinha.
- II A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.
- III As concessões de terras devolutas situadas na faixa de fronteira, feitas pelos estados, autorizam somente o seu uso, permanecendo o seu domínio com a União, ainda que se mantenha inerte ou tolerante em relação aos possuidores.
- IV São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas integrantes da administração pública.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e II estão certos.
- B** Apenas os itens II e III estão certos.
- C** Apenas os itens I e IV estão certos.
- D** Apenas os itens III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 23**

Com base na jurisprudência do STF acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

- I O Estado é responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, com fundamento na teoria do risco administrativo.
- II A demonstração do nexa causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada é imprescindível à caracterização da responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional.
- III Configura-se a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício quando há a violação de um dever jurídico específico de agir, caracterizada pela concessão de licença para o funcionamento sem as cautelas legais ou pelo conhecimento do poder público de eventuais irregularidades praticadas pelo particular.
- IV A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e III estão certos.
- B** Apenas os itens II e IV estão certos.
- C** Apenas os itens I, II e III estão certos.
- D** Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 24**

De acordo com a Lei n.º 8.429/1992, o prazo prescricional para o ajuizamento de ação para a aplicação de sanções ao responsável pela prática de atos de improbidade administrativa — contado a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que tiver cessado a permanência — é de

- A** 2 anos.
- B** 3 anos.
- C** 5 anos.
- D** 8 anos.
- E** 10 anos.

**DIREITO CIVIL****Questão 25**

De acordo com o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), caso determinada sucessão tenha sido aberta durante a vigência do Código Civil de 2002 e antes da entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, o valor do bem, certo ou estimado, a ser levado à colação deve corresponder àquele atribuído na data

- A** da abertura do inventário, não estando o valor sujeito a correção monetária.
- B** do ato de liberalidade, devendo o valor ser corrigido monetariamente até a data da abertura da sucessão.
- C** do ato de liberalidade, não estando o valor sujeito a correção monetária.
- D** da abertura do inventário, devendo o valor ser corrigido monetariamente até a data da abertura da sucessão.
- E** da abertura da sucessão, não estando o valor sujeito a correção monetária.

**Questão 26**

De acordo com o Código Civil e com o entendimento jurisprudencial do STJ, a renúncia à herança

- A** é um ato solene, que deve ser realizado de forma expressa, por instrumento público ou por termo judicial, sob pena de nulidade.
- B** é um ato solene, que deve ser realizado de forma expressa, por instrumento público ou por escrito particular, exceto se feito por procurador, caso em que deve ocorrer por instrumento público.
- C** é um ato solene, que deve ser realizado de forma expressa, por instrumento público ou por termo judicial, sob pena de anulabilidade.
- D** não exige forma especial, desde que manifestada por pessoa capaz e com pleno discernimento.
- E** não exige forma especial e pode ser realizada tanto pelo sucessor do herdeiro quanto por terceiro que o represente.

**Questão 27**

De acordo com o Código Civil e com entendimento jurisprudencial do STJ, a prescrição pode ser interrompida

- Ⓐ por despacho do juiz, ainda que incompetente, mesmo que a ação tenha sido proposta pelo interessado fora do prazo legal.
- Ⓑ por despacho do juiz, ainda que incompetente, que ordenar a citação, desde que a ação tenha sido proposta pelo credor e que ele o tenha feito dentro do prazo e na forma estabelecida pela lei processual.
- Ⓒ por despacho do juiz, mesmo que incompetente, que ordenar a citação, desde que a ação tenha sido proposta, seja pelo credor, seja pelo devedor, dentro do prazo e na forma estabelecida pela lei processual.
- Ⓓ somente se o juiz que proferiu o despacho for competente para a causa e a ação tiver sido proposta pelo credor, devendo este promovê-la dentro do prazo e na forma da lei processual.
- Ⓔ somente se o juiz que proferiu o despacho for competente e a ação tiver sido proposta pelo devedor, devendo este promover-la dentro do prazo e na forma da lei processual.

**Questão 28**

De acordo com o Código Civil e o entendimento jurisprudencial do STJ, admite-se a desconsideração da personalidade jurídica nos casos em que ocorra o uso abusivo da personalidade jurídica, caracterizado

- Ⓐ pela prática de atos intencionais dos sócios voltados à fraude contra terceiros.
- Ⓑ pela mera demonstração de que a empresa se encontra em estado de insolvência.
- Ⓒ pela comprovação de que a personalidade jurídica esteja sendo utilizada como obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados.
- Ⓓ pela simples inexistência de bens penhoráveis da empresa.
- Ⓔ pela demonstração do encerramento irregular das atividades da empresa sem a devida baixa do seu encerramento na junta comercial.

**Questão 29**

Segundo a legislação vigente e o entendimento do STJ, a responsabilidade civil dos pais por ato ilícito praticado por filhos menores sob sua autoridade e em sua companhia é

- Ⓐ subjetiva, sendo exigida a vigilância constante ou a presença física contínua do genitor no momento da prática do ato danoso pelo filho menor.
- Ⓑ objetiva, sendo relevante a proximidade física do genitor no momento da prática do ato danoso pelo filho menor.
- Ⓒ subjetiva, sendo relevante a proximidade física do genitor no momento da prática do ato danoso pelo filho menor.
- Ⓓ subjetiva, sendo irrelevante a proximidade física do genitor no momento da prática do ato danoso pelo filho menor.
- Ⓔ objetiva, sendo irrelevante a proximidade física do genitor no momento da prática do ato danoso pelo filho menor.

**Questão 30**

No que diz respeito à obrigação de indenizar na responsabilidade civil, o Código Civil estabelece que os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, caso a ofensa tenha mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação do dano. De acordo com o STJ, essa responsabilidade solidária é imposta

- Ⓐ desde que os agentes causadores do dano tenham praticado separadamente a mesma conduta ilícita.
- Ⓑ pelo simples fato de as condutas dos agentes imputados terem concorrido para a produção do resultado.
- Ⓒ desde que os agentes causadores do dano tenham praticado, em conjunto, a mesma conduta ilícita.
- Ⓓ quando os agentes concorrerem para a produção do dano, desde que seus comportamentos não constituam ilícitos distintos.
- Ⓔ apenas quando, de forma independente, dois ou mais agentes praticarem, cada um, um ato ilícito diferente.

**DIREITO EMPRESARIAL****Questão 31**

Em relação à atividade empresária e a seus atos constitutivos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A constituição de estabelecimento secundário em lugar sujeito à jurisdição de outro registro público dispensa sua averbação no registro da respectiva sede.
- Ⓑ É possível aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não sejam casados no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.
- Ⓒ Caso uma pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário a exerça, ela não será responsabilizada pelas obrigações contraídas.
- Ⓓ É considerado empresário aquele que exerce, com concurso de auxiliares ou colaboradores, profissão de natureza científica, ainda que o exercício da profissão não constitua elemento de empresa.
- Ⓔ A inscrição do empresário no registro público da respectiva sede deve ser realizada em até trinta dias após o início de sua atividade.

**Questão 32**

No tocante às espécies de marcas e ao seu registro, assinale a opção correta com base na Lei n.º 9.279/1996.

- Ⓐ O registro de marca de certificação poderá ser requerido por pessoa com interesse comercial direto no produto ou serviço atestado.
- Ⓑ Marca de certificação é aquela usada para a identificação de produtos ou serviços provindos de membros de determinada entidade.
- Ⓒ É passível de registro como marca o termo técnico que, usado na indústria, tenha relação com o produto ou serviço a distinguir.
- Ⓓ Marca de alto renome é aquela notoriamente conhecida em seu ramo de atividade, mas que ainda não atingiu notoriedade em nível nacional.
- Ⓔ A marca notoriamente conhecida goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil.

**Questão 33**

Ainda com a base na Lei n.º 9.279/1996, assinale a opção correta a respeito das patentes.

- Ⓐ A invenção e o modelo de utilidade são considerados novos quando compreendidos no estado da técnica.
- Ⓑ É patenteável como modelo de utilidade objeto que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.
- Ⓒ Programas de computador são considerados modelo de utilidade para fins de registro de patente.
- Ⓓ O requerente deve comprovar, quando da solicitação da patente de invenção ou modelo de utilidade, sua legitimidade para a obtenção do registro de patente.
- Ⓔ Em caso de dois ou mais autores haverem realizado a mesma invenção, de forma independente, será assegurado o direito de obter patente àquele que provar o depósito mais antigo.

**Questão 34**

No que se refere a concentração empresarial e defesa da concorrência, assinale a opção correta.

- Ⓐ A celebração de acordo de leniência, em face de crimes contra a ordem econômica, não suspende o curso do prazo prescricional tampouco o oferecimento da denúncia em relação ao agente beneficiário da leniência.
- Ⓑ Concentração vertical ocorre em operações que envolvem agentes econômicos distintos que ofertam produtos ou serviços substitutos entre si.
- Ⓒ Concentração horizontal consiste na operação em que um mesmo agente econômico oferta produtos ou serviços pertencentes a etapas diferentes da mesma cadeia produtiva.
- Ⓓ A posição dominante de mercado é presumida quando uma empresa ou grupo de empresas for capaz de alterar unilateralmente ou coordenadamente as condições de mercado.
- Ⓔ Empresas integrantes de grupo econômico serão responsabilizadas subsidiariamente quando pelo menos uma delas praticar infração à ordem econômica.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL****Questão 35**

A respeito do sistema de justiça multiportas e dos meios adequados de solução de conflitos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na hipótese de a solução do conflito ser realizada pela instituição de arbitragem, é vedado às partes recorrer ao Poder Judiciário, ainda que para buscar a concessão de tutela provisória.
- Ⓑ As ações de controle concentrado de constitucionalidade (ADI, ADC e ADPF) não estão sujeitas a conciliação e acordo, por tratarem da análise da constitucionalidade de lei ou ato, de forma que não é possível a utilização do sistema de justiça multiportas nesses tipos de ações.
- Ⓒ A decisão que julga procedente o pedido de instituição de arbitragem é passível de apelação, a qual não terá efeito suspensivo *ope legis*.
- Ⓓ A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios devem criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito dos respectivos órgãos da advocacia pública, sendo obrigatória a submissão de tais conflitos às câmaras anteriormente ao seu ingresso no Poder Judiciário.
- Ⓔ A instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflito no âmbito da administração pública suspende a prescrição, a partir da emissão de juízo de admissibilidade pelo órgão ou pela entidade pública.

**Questão 36**

Assinale a opção correta em relação às prerrogativas e à atuação da fazenda pública em juízo.

- Ⓐ A representação judicial das autarquias e fundações públicas por seus procuradores ou advogados, ocupantes de cargos efetivos dos respectivos quadros, far-se-á mediante a apresentação do instrumento de mandato.
- Ⓑ Na ação civil pública, a sentença fará coisa julgada apenas nos limites da competência territorial do órgão prolator.
- Ⓒ De acordo com o entendimento do STJ, a fazenda pública não tem interesse na efetivação de protesto da certidão da dívida ativa (CDA), haja vista sua qualificação como título executivo apto a viabilizar o imediato ajuizamento de execução fiscal.
- Ⓓ Ressalvados os casos de créditos de pequeno valor, não são devidos honorários sucumbenciais em execução por quantia certa não embargada contra a fazenda pública.
- Ⓔ O presidente do tribunal poderá determinar a revisão das contas elaboradas para aferir o valor dos precatórios antes de seu pagamento ao credor, a pedido das partes, sendo vedada, neste caso, a atuação de ofício.

**Questão 37**

Caso o estado do Piauí sofra reflexo indireto de natureza econômica de decisão decorrente de julgamento de processo em que não seja parte, o instituto adequado para o pedido de ingresso é a(o)

- Ⓐ denúncia da lide.
- Ⓑ assistência litisconsorcial.
- Ⓒ *amicus curiae*.
- Ⓓ intervenção anômala.
- Ⓔ assistência simples.

**Questão 38**

No que diz respeito aos recursos de natureza ordinária, assinale a opção correta.

- Ⓐ Quando notadamente cabível a apelação, a interposição equivocada de agravo de instrumento é superável com a desistência do agravo e a interposição do recurso correto dentro do prazo recursal.
- Ⓑ Na aplicação da teoria da causa madura na apelação, o tribunal, ao julgar o mérito, poderá analisar todos os capítulos da sentença, independentemente de eles terem sido objeto do recurso.
- Ⓒ O efeito regressivo deve ser utilizado como regra na apelação, à exceção dos casos em que ocorrida a improcedência liminar do pedido ou o indeferimento da petição inicial.
- Ⓓ Se o agravo de instrumento contra decisão que julgou parcialmente o mérito for conhecido e não provido em decisão não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial.
- Ⓔ A existência de premissa equivocada para a solução da causa permite a oposição de embargos de declaração, conforme entendimento do STJ e do STF.

**Questão 39**

O Ministério Público do estado X propôs ação civil pública contra o estado X e a concessionária do serviço público de saúde, requerendo tutela de urgência para que houvesse a disponibilização imediata de 1.000 leitos de UTI distribuídos em diversos municípios, bem como requerendo, subsidiariamente, caso não fosse determinado o pedido inicial, que o estado fizesse plano para a instalação dos referidos leitos. O juiz da vara da fazenda pública da comarca da capital do estado X deferiu a tutela provisória requerida (instalação imediata de 1.000 leitos de UTI). O estado requerido propôs suspensão da liminar demonstrando grave lesão à economia pública, uma vez que cada leito custaria 180 mil reais, o que totalizaria 180 milhões de reais. O presidente do tribunal de justiça do estado X acolheu o pedido de suspensão.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ A concessionária do serviço público de saúde não teria legitimidade para a propositura do pedido de suspensão, ainda que fosse relativa à atividade concedida, ante a ausência de previsão legal.
- Ⓑ A decisão do presidente do tribunal de justiça do estado X vigorará até que haja a análise do mérito em sentença de primeiro grau de jurisdição.
- Ⓒ Antes do deferimento da suspensão, deveria o presidente do tribunal de justiça do estado X ter determinado a oitiva do Ministério Público no prazo de 72 horas.
- Ⓓ Caso o órgão especial do tribunal de justiça do estado X mantenha a suspensão, o Ministério Público pode propor suspensão perante o STF contra a decisão do presidente do referido tribunal e do próprio órgão especial, alegando grave lesão à saúde pública.
- Ⓔ A suspensão da liminar não impede que o juiz de primeiro grau analise o pedido subsidiário, uma vez que não se relaciona com a grave lesão apontada pelo requerido e considerada na decisão do presidente do tribunal de justiça do estado X.

**Espaço livre**

**Questão 40**

Acerca da sentença, da coisa julgada e da remessa necessária, assinale a opção correta.

- Ⓐ As decisões proferidas pelo STF em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado que tenham adotado entendimento em sentido contrário àqueles precedentes, nas relações de trato continuado em matéria tributária, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo.
- Ⓑ As decisões do STF em controle incidental de constitucionalidade que tenham sido proferidas anteriormente à instituição do regime de repercussão geral impactarão automaticamente a coisa julgada que se tenha formado, quando se tratar das relações jurídicas tributárias de trato sucessivo.
- Ⓒ Havendo acórdão de julgamento originário no tribunal de justiça de determinado estado condenando o referido ente em valor superior a 500 salários mínimos em causa que verse sobre matéria inédita, a matéria deverá ser remetida ao STJ para julgamento de remessa necessária.
- Ⓓ A remessa necessária se verifica pela necessidade de reexame da sentença pelo tribunal, a fim de que esta possa produzir efeitos, podendo a análise do tribunal, inclusive, agravar a situação do ente público.
- Ⓔ Na hipótese de relação jurídica de trato sucessivo, ultrapassado o prazo para eventual ação rescisória, não há possibilidade de revisão do que tenha sido estatuído na sentença, mesmo na superveniência de modificação no estado de fato ou de direito.

**Questão 41**

No que concerne ao cumprimento de sentença e à ação rescisória, assinale a opção correta.

- Ⓐ A interpretação diversa quanto a fatos e provas constitui erro de fato capaz de ensejar a propositura de ação rescisória.
- Ⓑ O interessado poderá apresentar a arguição de inexigibilidade do título executivo judicial amparado em norma jurídica ou interpretação jurisdicional considerada inconstitucional pelo STF, seja a decisão do STF anterior ou posterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda, ressalvada a hipótese de preclusão.
- Ⓒ Uma vez que é procedimento próprio, a ação rescisória não possibilita a aplicação de improcedência liminar, ainda que o pedido contrarie acórdão proferido pelo STF ou pelo STJ em julgamento de recursos repetitivos.
- Ⓓ A demora na citação por informação equivocada do endereço do réu na ação rescisória não acarreta o reconhecimento de decadência, desde que a ação seja proposta dentro do prazo legal.
- Ⓔ O prazo decadencial para a propositura de ação rescisória contra título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado(a) inconstitucional pelo STF posteriormente à coisa julgada tem como termo inicial o trânsito em julgado da decisão do título rescindendo.

**Questão 42**

Acerca da reclamação e dos recursos de competência do STJ e do STF, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ajuizada a reclamação antes do trânsito em julgado da decisão reclamada, e não suspenso liminarmente o processo principal, a eficácia de tudo o que nele for decidido posteriormente, incluído o eventual trânsito em julgado do provimento que se tache de contrário à autoridade de acórdão do STF, será desconstituída pela procedência da reclamação.
- Ⓑ Segundo a jurisprudência do STJ, é cabível reclamação para impugnar decisão que desrespeite acórdão proferido em recurso especial repetitivo, desde que esteja esgotada a instância ordinária.
- Ⓒ Será cabível recurso de embargos de divergência quando julgamento de reclamação por turma do STF divergir de posicionamento de outra turma ou do Plenário.
- Ⓓ Serão cabíveis embargos de divergência no recurso especial quando acórdão de órgão fracionário divergir do julgamento de qualquer outro órgão do STJ acerca do mérito ou dos requisitos recursais, haja vista a necessidade de uniformização do entendimento da referida Corte.
- Ⓔ É cabível recurso especial para impugnar acórdão de tribunal de justiça que tenha dado prevalência a lei local contestada em face de lei federal.

**Questão 43**

Assinale a opção correta a respeito do sistema de precedentes brasileiro e do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).

- Ⓐ A interposição de recurso especial contra acórdão que tenha julgado IRDR será cabível quando houver a fixação da tese, analisando-se ou não o caso concreto, haja vista a necessidade de o STJ uniformizar o tratamento da lei federal.
- Ⓑ No âmbito do IRDR, o ingresso na qualidade de *amicus curiae* não concede ao terceiro a possibilidade de recorrer.
- Ⓒ A revisão da tese jurídica firmada no IRDR far-se-á de ofício ou mediante requerimento de uma das partes, do Ministério Público ou da defensoria pública.
- Ⓓ Da decisão proferida por tribunal de justiça em sede de IRDR é cabível, conforme o caso, recurso especial ou recurso extraordinário, que terá efeito suspensivo *ope iudicis*.
- Ⓔ De acordo com a jurisprudência do STJ, quando houver a interposição de recurso especial, haverá possibilidade de instauração de incidente de assunção de competência na referida Corte, porém não haverá possibilidade de instauração de IRDR.

**Questão 44**

Assinale a opção que apresenta corretamente as características dos processos estruturais, de acordo com a doutrina majoritária.

- Ⓐ multipolaridade; possibilidade de solução por intermédio de única decisão; estado de desconformidade estrutural
- Ⓑ estado de desconformidade estrutural; necessidade de reestruturação de uma política ou instituição; possibilidade de resolução por intermédio de única decisão
- Ⓒ necessidade de reestruturação de uma política ou instituição; multipolaridade; possibilidade de solução por intermédio de única decisão
- Ⓓ busca de um estado ideal das coisas; necessidade de reestruturação de uma política ou instituição; possibilidade de resolução por intermédio de única decisão
- Ⓔ estado de desconformidade estrutural; busca de um estado ideal das coisas; necessidade de reestruturação de uma política ou instituição

**Questão 45**

No que se refere às ações constitucionais, ao controle concentrado de constitucionalidade e à competência originária do STF, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na hipótese de norma regulamentadora inconstitucional, há possibilidade de impetração de mandado de injunção com o objetivo de suprir a omissão legislativa, diante da invalidade da norma.
- Ⓑ As liminares da ação direta de inconstitucionalidade têm eficácia *erga omnes* e efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública, sejam concessivas sejam denegatórias.
- Ⓒ O Poder Judiciário pode realizar controle preventivo de constitucionalidade por intermédio de mandado de segurança impetrado por parlamentar quando, no âmbito da tramitação de proposta de emenda constitucional, houver afronta a cláusula pétreia.
- Ⓓ A competência para julgar litígio que envolva colisão entre veículo da Polícia Federal e ambulância do Distrito Federal é do STF, pois se trata de causa entre União e Distrito Federal.
- Ⓔ O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tem legitimidade para a propositura de arguição de descumprimento de preceito fundamental, porém deve demonstrar pertinência temática.

**Questão 46**

No que concerne aos juizados especiais, assinale a opção correta.

- Ⓐ O acórdão proferido pela turma recursal dos juizados especiais pode ser impugnado por recurso especial, caso viole lei federal, ou recurso extraordinário, caso viole a CF.
- Ⓑ No sistema dos juizados especiais, os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição dos demais recursos.
- Ⓒ A Procuradoria-Geral do Estado do Piauí goza de prazo em dobro para a interposição de recurso extraordinário contra decisão de turma recursal dos juizados especiais.
- Ⓓ Diante da ausência de comprovação do preparo de recurso nos juizados especiais, o recorrente deve ser intimado à realização do pagamento em dobro do valor.
- Ⓔ O recurso nos juizados especiais terá efeito suspensivo *ope iudicis*.

**DIREITO AMBIENTAL****Questão 47**

Norma municipal que obriga, no âmbito da circunscrição do respectivo município, a substituição de sacolas plásticas por sacolas biodegradáveis obedece ao critério da competência ambiental

- Ⓐ legislativa comum.
- Ⓑ legislativa privativa.
- Ⓒ administrativa suplementar.
- Ⓓ legislativa suplementar.
- Ⓔ administrativa concorrente.

**Questão 48**

De acordo com o regramento aplicável ao licenciamento ambiental, poderá ser estabelecido procedimento simplificado para atividades e empreendimentos de pequeno potencial de impacto ambiental, mediante sua

- Ⓐ aprovação pelo respectivo conselho de meio ambiente.
- Ⓑ comunicação ao órgão ou à entidade ambiental licenciadora.
- Ⓒ aprovação pelo órgão ou pela entidade ambiental licenciadora.
- Ⓓ aprovação pela respectiva secretaria de meio ambiente.
- Ⓔ comunicação ao respectivo conselho de meio ambiente.

**Questão 49**

A exploração econômica de reserva legal, mediante manejo sustentável, depende de aprovação prévia pelo órgão competente do SISNAMA e poderá ocorrer na modalidade de exploração florestal com propósito comercial, desde que, entre outras diretrizes,

- Ⓐ garanta a remoção segura de espécies locais.
- Ⓑ seja assegurada a compensação pela remoção de vegetação nativa.
- Ⓒ mantenha 50% de espécies nativas.
- Ⓓ não descaracterize a cobertura vegetal.
- Ⓔ resguarde a manutenção de exemplares de algumas espécies.

**Questão 50**

No âmbito da aplicação da política urbana, os objetos de análise mínimos em estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) incluem

- Ⓐ patrimônio cultural e meio socioeconômico.
- Ⓑ adensamento populacional e paisagem urbana.
- Ⓒ saneamento básico e níveis de ruídos sonoros.
- Ⓓ valorização imobiliária e recolhimento de tributos.
- Ⓔ mobilidade urbana e níveis de poluição.

**Questão 51**

De acordo com o atual entendimento jurisprudencial do STJ, a existência de danos extrapatrimoniais à coletividade por lesão ao meio ambiente será

- Ⓐ presumida quando houver constatação objetiva da degradação ambiental.
- Ⓑ aferida de maneira *in re ipsa* e de acordo com critérios subjetivos como abalo psíquico da coletividade.
- Ⓒ aferida de acordo com a extensão do dano e a responsabilidade do agente.
- Ⓓ afastada quando houver possibilidade de recomposição do meio ambiente degradado.
- Ⓔ aferida de acordo com o sofrimento causado a determinado grupo social.

**DIREITO AGRÁRIO****Questão 52**

Assinale a opção correta em relação à política de destinação de terras públicas do estado do Piauí.

- Ⓐ Os imóveis rurais estaduais em zonas urbanas ou de expansão urbana caracterizados por ato da autoridade municipal foram transferidos por força da Lei Estadual n.º 7.294/2019 aos municípios para a constituição de seus patrimônios.
- Ⓑ A presença de conflito possessório entre particular e comunidades locais na área a ser regularizada importará no indeferimento sumário do pedido administrativo de regularização do imóvel.
- Ⓒ Para limitar a concentração fundiária, a Constituição estadual e a legislação em vigor vedam a alienação ou a concessão de imóveis de uso individual com área igual ou superior a 2.500 hectares.
- Ⓓ A atividade de turismo descaracteriza a área a ser regularizada como imóvel rural.
- Ⓔ No processo de destinação de terras públicas estaduais, há prioridade para a regularização de territórios tradicionais.

**Questão 53**

Considerando o histórico e a situação da propriedade territorial rural no Brasil, assinale a opção correta.

- Ⓐ O reconhecimento de direitos territoriais para comunidades quilombolas passou a ser resguardado em todo o território brasileiro apenas no ano de 1988, por meio de disposição constitucional transitória.
- Ⓑ A Lei de Terras de 1850 permitiu como medida compensatória à servidão a doação de lotes situados fora da faixa de fronteira para pequenos escravos libertos.
- Ⓒ A Constituição Federal de 1891 não reconheceu competências patrimoniais aos estados federados.
- Ⓓ O conceito de função social da propriedade rural foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela Constituição Federal de 1824.
- Ⓔ O Estatuto da Terra foi o diploma legal que introduziu na legislação brasileira a possibilidade de confisco de imóveis rurais onde empregada mão de obra em condição análoga à de escravo.

**Questão 54**

Julgue os seguintes itens, que dizem respeito a posses agrária e agroecológica.

- I Posse agrária é o exercício direto, contínuo e racional, durante certo tempo ininterrupto, de atividades agrárias em gleba de terra rural capaz de dar condições suficientes e necessárias ao seu uso econômico, gerando ao possuidor um poder jurídico de natureza real definitiva com amplas repercussões no direito, considerados o progresso e o bem-estar econômico e social.
- II Posse agroecológica é a forma por meio da qual um grupo de famílias se apossa da terra, consideradas, nesse apossamento, as influências sociais, culturais, econômicas, jurídicas e ecológicas, sendo a posse materializada pelo apossamento familiar conjugado com área de uso comum, necessários para que o grupo social possa desenvolver suas atividades agroextrativistas de forma sustentável.
- III Não se pressupõe o *animus domini* para a caracterização e proteção das posses agrária e agroecológica.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

**Questão 55**

Acerca do regime das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, julgue os seguintes itens.

- I De acordo com o art. 20 da CF, as terras indígenas demarcadas são bens da União e as demais são de propriedade dos estados federados.
- II As terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas destinam-se a sua posse permanente por meio de cessão administrativa, cabendo-lhes o direito de preferência em processos de concessão pública para a exploração das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- III É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato às terras logo que cesse o risco.
- IV A homologação da demarcação de terras indígenas é realizada pela Fundação nacional do Índio (FUNAI) e decorre do estudo de identificação da área reivindicada por indígenas e da delimitação do território.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item I está certo.
- C Apenas o item II está certo.
- D Apenas o item III está certo.
- E Todos os itens estão certos.

**Questão 56**

Julgue os seguintes itens, referentes ao conceito e à classificação do imóvel rural.

- I O módulo rural corresponde à mediana de todos os módulos rurais dos imóveis rurais de determinado município.
- II A pequena propriedade rural, quando trabalhada pela família, é considerada impenhorável para fins de pagamento de dívidas decorrentes da atividade produtiva, bem como não está sujeita ao confisco previsto no art. 243 da CF.
- III Imóvel rural é definido pela legislação brasileira como prédio rústico de área contínua que, independentemente de sua localização, se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**DIREITO DO TRABALHO****Questão 57**

Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno dos trabalhadores urbanos tem remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração tem um acréscimo de, pelo menos,

- A 50% sobre a remuneração da hora diurna, considerando-se noturno o trabalho executado entre as 20 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.
- B 20% sobre a remuneração da hora diurna, considerando-se noturno o trabalho executado entre as 20 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.
- C 20% sobre a remuneração da hora diurna, considerando-se noturno o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.
- D 25% sobre a remuneração da hora diurna, considerando-se noturno o trabalho executado entre as 20 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.
- E 25% sobre a remuneração da hora diurna, considerando-se noturno o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.

**Questão 58**

De acordo com a CLT, é facultado ao empregado converter, no máximo,

- A 1/3 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, o qual deve ser requerido até 15 dias antes do término do período aquisitivo.
- B 1/3 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, o qual deve ser requerido até 30 dias antes do término do período aquisitivo.
- C 2/3 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, o qual deve ser requerido até 10 dias antes do término do período aquisitivo.
- D 2/3 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, o qual deve ser requerido até 15 dias antes do término do período aquisitivo.
- E 2/3 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, o qual deve ser requerido até 30 dias antes do término do período aquisitivo.

**Questão 59**

De acordo com o § 6.º do art. 477 da CLT, a entrega ao empregado de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes e o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término do contrato de trabalho.

É correto afirmar, de acordo com as orientações jurisprudenciais do TST, que a pessoa jurídica de direito público que não observe o referido prazo para pagamento das verbas rescisórias em contrato de emprego

- A submete-se ao pagamento de multa em favor do empregado, correspondente ao valor fixado pelo juiz em sentença.
- B não está sujeito ao pagamento de multa em favor do empregado, por expressa previsão na CLT.
- C não está sujeito ao pagamento de multa em favor do empregado, diante das prerrogativas da fazenda pública consolidadas em entendimento sumulado do TST.
- D submete-se ao pagamento de multa em favor do empregado, correspondente a 50% do salário do empregado.
- E submete-se ao pagamento de multa em favor do empregado, correspondente a 100% do salário do empregado.

**Questão 60**

No caso de falecimento de seu irmão, o empregado celetista

- Ⓐ poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, por até 5 dias consecutivos.
- Ⓑ poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, por até 4 dias consecutivos.
- Ⓒ poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, por até 2 dias consecutivos.
- Ⓓ não poderá deixar de prestar serviços e continuar a receber salário, por ausência de previsão legal.
- Ⓔ poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, por até 3 dias consecutivos.

**Questão 61**

No que se refere à negociação coletiva de trabalho, julgue os itens que se seguem.

- I No exame de convenção coletiva de trabalho, a justiça do trabalho analisará exclusivamente a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico, balizando sua atuação pelo princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva.
- II Quando dispuser sobre teletrabalho, a convenção coletiva de trabalho terá prevalência sobre a lei.
- III Constitui objeto lícito de convenção coletiva de trabalho a redução de adicional de insalubridade.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO****Questão 62**

No procedimento ordinário do processo do trabalho, cada uma das partes somente poderá indicar até

- Ⓐ cinco testemunhas para serem ouvidas e, terminada a instrução processual, poderão as partes aduzir razões finais em prazo não excedente a 10 minutos para cada uma.
- Ⓑ duas testemunhas para serem ouvidas e, terminada a instrução processual, poderão as partes aduzir razões finais em prazo não excedente a 5 minutos para cada uma.
- Ⓒ três testemunhas para serem ouvidas e, terminada a instrução processual, poderão as partes aduzir razões finais em prazo não excedente a 10 minutos para cada uma.
- Ⓓ cinco testemunhas para serem ouvidas e, terminada a instrução processual, poderão as partes aduzir razões finais em prazo não excedente a 5 minutos para cada uma.
- Ⓔ três testemunhas para serem ouvidas e, terminada a instrução processual, poderão as partes aduzir razões finais em prazo não excedente a 5 minutos para cada uma.

**Questão 63**

Contra as decisões definitivas ou terminativas proferidas pelos tribunais regionais do trabalho (TRT) em dissídios coletivos em processos de sua competência originária

- Ⓐ é cabível a interposição de recurso de revista, no prazo de 8 dias, para o TST.
- Ⓑ é cabível a interposição de agravo de instrumento, no prazo de 8 dias, para o TRT.
- Ⓒ é cabível a interposição de recurso ordinário, no prazo de 8 dias, para o TST.
- Ⓓ não é cabível a interposição de recurso, mas apenas a impetração de mandado de segurança.
- Ⓔ é cabível a interposição de agravo interno, no prazo de 8 dias, para o TRT.

**Questão 64**

Considerando-se o disposto na CLT e em súmula do TST, é correto afirmar que, no âmbito do processo trabalhista, ao advogado

- Ⓐ serão devidos honorários de sucumbência fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 15% sobre o valor atualizado da causa ou sobre o valor que resultar da liquidação da sentença ou do proveito econômico obtido, aplicando-se os percentuais específicos de honorários advocatícios contemplados no CPC caso a ação seja contra a fazenda pública.
- Ⓑ serão devidos honorários de sucumbência fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 10% sobre o valor atualizado da causa, necessariamente, inclusive nas ações contra a fazenda pública.
- Ⓒ serão devidos honorários de sucumbência fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20%, inclusive nas ações contra a fazenda pública, sobre o valor atualizado da causa ou sobre o valor que resultar da liquidação da sentença ou do proveito econômico obtido.
- Ⓓ não serão devidos honorários de sucumbência, por expressa previsão legal.
- Ⓔ serão devidos honorários de sucumbência, salvo nas ações contra a fazenda pública.

**Questão 65**

A decisão que acolhe o incidente de desconideração da personalidade jurídica, na fase de cognição do processo trabalhista, tem natureza

- Ⓐ interlocutória, não sendo cabível recurso de imediato contra ela.
- Ⓑ definitiva, sendo cabível recurso ordinário contra ela.
- Ⓒ interlocutória, sendo cabível agravo de petição contra ela.
- Ⓓ interlocutória, sendo cabível recurso ordinário contra ela.
- Ⓔ definitiva, sendo cabível agravo interno contra ela.

**DIREITO TRIBUTÁRIO****Questão 66**

Assinale a opção correta acerca da responsabilidade tributária.

- Ⓐ A responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato, salvo disposição de lei em contrário.
- Ⓑ Uma empresa que deixe de funcionar no seu domicílio fiscal e de comunicar essa mudança aos órgãos competentes legitima o redirecionamento da execução fiscal para o sócio gerente, o que configura uma presunção *juris tantum* de dissolução irregular, à luz da jurisprudência do STJ.
- Ⓒ Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos *intra vires* por eles praticados.
- Ⓓ Segundo o CTN, são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados dentro do escopo do contrato de trabalho, entre outros, os mandatários, prepostos e empregados.
- Ⓔ De acordo com o entendimento do STJ, o inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

**Questão 67**

Assinale a opção correta no que diz respeito à responsabilidade tributária e à responsabilidade dos sucessores, de terceiros e por infrações.

- Ⓐ Na hipótese de uma empresa ter apenas se instalado em prédio antes alugado a outra sociedade empresária devedora de tributos, aquela que veio a ocupá-lo posteriormente, também por força de locação, será considerada sucessora para os efeitos tributários, por se tratar de sucessão presumida.
- Ⓑ Em processo de falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de um ano, contado da data de alienação, e somente poderá ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais ou de créditos que preferem ao tributário.
- Ⓒ A norma atributiva de responsabilidade tributária aos adquirentes de fundo de comércio ou estabelecimentos comerciais não se aplica à hipótese de alienação judicial em processo de falência, ainda que o adquirente seja o sócio da sociedade falida.
- Ⓓ A pessoa jurídica de direito privado que adquirir o fundo de comércio de outra e permanecer com a respectiva exploração econômica sob outra razão social responde pelos tributos relativos ao fundo adquirido e devidos até à data do ato, de forma solidária com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo do comércio, indústria ou profissão.
- Ⓔ Considere que a empresa Alfa tenha adquirido, em janeiro de 2025, o fundo de comércio da sociedade empresária Beta, que devia ao fisco estadual vultosa quantia referente ao ICMS dos exercícios de 2021 a 2024. Considere, ainda, que Alfa tenha continuado a exploração da atividade de Beta, mas com razão social diversa desta. Nessa situação, caso a empresa Beta cesse a exploração da atividade, Alfa responderá pelos tributos relativos ao fundo, a partir da data do ato de cessação, de forma integral.

**Espaço livre**

**Questão 68**

Julgue os itens seguintes, relativos à implementação do imposto sobre bens e serviços (IBS) e da contribuição sobre bens e serviços (CBS), por meio da reforma tributária introduzida pela Emenda Constitucional n.º 132/2023.

- I Para que se implemente o IBS e este possa ser majorado de forma gradual até a alíquota projetada para ser aplicada normalmente, o ICMS e o ISS serão reduzidos paulatinamente, da seguinte forma: 9/10 em 2029, 8/10 em 2030, 7/10 em 2031 e 6/10 em 2032.
- II A referida emenda define cronograma para a extinção de PIS e COFINS e a implantação da CBS a partir de 2027, com regras constitucionais de transição e compensação de créditos; e, diferentemente do regime anterior à emenda constitucional, em que, em alguns casos, seria possível a adoção o regime cumulativo em relação ao PIS e COFINS, de acordo com a reforma tributária, a CBS será obrigatoriamente não cumulativa, com a extinção do PIS e COFINS a partir de 2027.
- III A imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, “a”, da CF, que protege patrimônio, renda e serviços entre entes federados, foi ampliada pela referida emenda constitucional, de modo que se incluísse expressamente empresa pública prestadora de serviço postal, e, com a nova regra, além dos impostos, o manto imunitório passasse a abranger também a CBS.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

**Questão 69**

A respeito do ISSQN, assinale a opção correta, com base na Lei Complementar n.º 116/2003.

- Ⓐ Esse imposto não incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço, em razão da imunidade recíproca decorrente da prestação de serviços públicos pelas autorizadas, permissionárias e concessionárias.
- Ⓑ O referido imposto incide sobre a prestação de serviços dos trabalhadores avulsos.
- Ⓒ O serviço proveniente do exterior do país ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior não será objeto de incidência do ISSQN, em respeito à regra que prevê a vedação de bitributação.
- Ⓓ No que diz respeito ao imposto em tela, os municípios, os estados e o Distrito Federal, mediante lei, poderão atribuir, de modo expresso, a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, exceto no que se refere à multa e aos acréscimos legais.
- Ⓔ Esse imposto tem como fato gerador a prestação de serviços constantes na lista anexa à lei complementar, ainda que esses serviços não constituam atividade preponderante do prestador.

**Questão 70**

Julgue os itens a seguir, referentes ao imposto de transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCD).

- I No caso de renúncia translativa onerosa de herança que envolva imóveis, haverá tanto a incidência de ITCD quanto de ITBI, ao passo que, na situação de renúncia abdicativa da herança, haverá a incidência apenas do ITCD.
- II De acordo com o entendimento do STJ, no arrolamento sumário, o recolhimento prévio do ITCD não é condição para a homologação da partilha ou da adjudicação, nem para a expedição do formal de partilha e da carta de adjudicação.
- III O STF entende não ser possível a homologação de partilha sem a prévia comprovação do pagamento do ITCD, isto é, o diferimento do pagamento do ITCD, porque, nesse caso, o não pagamento prévio do tributo acarretaria violação ao princípio da isonomia tributária, criando-se privilégios ou regimes tributários diferenciados não previstos em lei.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 71**

Em relação ao ICMS, assinale a opção correta.

- A** O ICMS não incide sobre o serviço dos provedores de acesso à Internet, conforme o entendimento do STJ.
- B** A lei complementar, em matéria de ICMS, é responsável tanto pela criação do referido tributo quanto pela fixação dos diversos aspectos de sua regra matriz de incidência.
- C** A majoração do ICMS ficará sempre a cargo de lei complementar.
- D** O STF entende ser inconstitucional a exigência, em convênio do CONFAZ, de expressa autorização para que haja concessão de isenção de ICMS na aquisição de veículos por pessoas com deficiência, tendo em vista que o tecido legislativo brasileiro deve, de forma ampla, garantir a igualdade de oportunidades, a acessibilidade e a não discriminação, inclusive com isenções fiscais e outros benefícios que visem compensar as dificuldades por elas enfrentadas.
- E** O diferencial de alíquotas do ICMS integra as bases de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, de acordo com o entendimento jurisprudencial do STJ.

**Questão 72**

Acerca do processo administrativo fiscal, julgue os itens que se seguem.

- I É válida a ciência da notificação por via postal realizada no domicílio fiscal eleito pelo contribuinte quando confirmada com assinatura do recebedor da correspondência, ainda que este não seja o representante legal do destinatário.
- II É inválida a decisão proferida por delegacia da Receita Federal de julgamento de localidade diversa do domicílio fiscal do sujeito passivo.
- III É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévio de dinheiro ou bens para a admissibilidade do recurso administrativo, por guardar estrita observância com o paralelismo das formas, como ocorre na defesa do contribuinte em sede de embargos à execução fiscal.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 73**

No que diz respeito à ação cautelar fiscal, assinale a opção correta.

- A** Da sentença que decretar a medida cautelar fiscal caberá apelação, sem efeito suspensivo, ainda que o requerido ofereça garantia correspondente ao valor da prestação estipulada pela fazenda pública.
- B** O procedimento cautelar fiscal não poderá ser instaurado, após a constituição do crédito, no curso da execução judicial da dívida ativa da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e respectivas autarquias.
- C** A medida cautelar fiscal, entre outras hipóteses, não poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, quando o devedor apenas tentar contrair dívidas que comprometam a liquidez do seu patrimônio.
- D** A medida cautelar fiscal será requerida ao juiz de qualquer vara da fazenda pública, independentemente da competência do juízo da execução judicial da dívida ativa da fazenda pública.
- E** Cessa a eficácia da medida cautelar fiscal se a fazenda pública não propuser a execução judicial da dívida ativa no prazo de 60 dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecurável na esfera administrativa.

**Questão 74**

Assinale a opção correta com base na Lei Complementar n.º 214/2025.

- Ⓐ O IBS e a CBS não incidem sobre o fornecimento de brindes e bonificações.
- Ⓑ Para a caracterização das operações onerosas com bens ou com serviços, é relevante que se tenha configurado a obtenção de lucro com a operação.
- Ⓒ O IBS e a CBS são informados pelo princípio do equilíbrio moderado, segundo o qual esses tributos devem evitar distorcer as decisões de consumo e de organização da atividade econômica, observadas as exceções previstas na CF e na referida lei complementar.
- Ⓓ Considera-se ocorrido o fato gerador do IBS e da CBS no momento do fornecimento nas operações com bens ou com serviços, ainda que de execução continuada ou fracionada, entendendo-se por ocorrido o fornecimento, entre outras hipóteses, quando o bem for encontrado desacobertado de documentação fiscal idônea.
- Ⓔ Não é imune ao IBS e à CBS o fornecimento de ouro quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.

**Questão 75**

Em relação à responsabilidade tributária quanto ao pagamento do IPTU, julgue os itens, de acordo com o CTN e a jurisprudência do STJ.

- I De acordo com a jurisprudência do STJ, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, razão por que o arrematante de imóvel em leilão judicial deverá responder pelos débitos anteriores à arrematação.
- II De acordo com o entendimento do STJ, é válida a previsão, em edital de leilão, da responsabilidade do arrematante pelos débitos tributários que já incidiam sobre o imóvel na data de sua alienação, sendo incabível isentar o adquirente de responsabilidade pelos débitos preexistentes, especialmente porque o débito fiscal de IPTU possui natureza *propter rem*, isto é, a obrigação de pagar o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana acompanha o imóvel e não o seu proprietário.
- III No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço, de modo que o comprador do imóvel em leilão judicial não é responsável por dívida tributária anterior ao arremate do bem.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

**DIREITO FINANCEIRO****Questão 76**

De acordo com a jurisprudência do STF, os recursos dos depósitos decorrentes de processos judiciais

- Ⓐ podem financiar apenas os pagamentos de precatórios e requisições de pequeno valor, desde que o ente federativo não esteja em mora.
- Ⓑ podem financiar apenas despesas correntes do ente federativo.
- Ⓒ podem financiar todas as despesas públicas do ente federativo, sejam elas correntes ou de capital.
- Ⓓ não podem financiar nenhuma despesa do ente federativo.
- Ⓔ podem financiar apenas despesas de capital do ente federativo.

**Questão 77**

Conforme o entendimento jurisprudencial do STF, emendas parlamentares estaduais de caráter impositivo à lei orçamentária anteriores à vigência das Emendas Constitucionais (EC) n.º 86/2015 e n.º 100/2019

- Ⓐ são inconstitucionais, uma vez que o regime de impositividade das emendas parlamentares à lei orçamentária é exclusivo da elaboração do orçamento federal e as normas da CF sobre o processo legislativo das leis orçamentárias não são de reprodução obrigatória pelo constituinte estadual.
- Ⓑ são constitucionais, uma vez que a Constituição estadual, seja no regime anterior, seja no regime posterior à vigência das referidas EC, pode instituir a figura das programações orçamentárias impositivas, ainda que fora das hipóteses previstas nas normas gerais federais.
- Ⓒ são inconstitucionais, mas, após a vigência das referidas EC, a Constituição estadual pode instituir a figura das programações orçamentárias impositivas fora das hipóteses previstas nas normas gerais federais.
- Ⓓ são inconstitucionais, não cabendo à Constituição estadual instituir a figura das programações orçamentárias impositivas fora das hipóteses previstas nas normas gerais federais.
- Ⓔ são constitucionais, mas, após a vigência das referidas EC, não cabe à Constituição estadual instituir a figura das programações orçamentárias impositivas fora das hipóteses previstas nas normas gerais federais.

**Questão 78**

Lei de diretrizes orçamentárias (LDO) estadual que fixe limitação de despesas de pessoal do Ministério Público estadual, sem a participação desse órgão na elaboração do processo legislativo orçamentário, é

- Ⓐ constitucional, visto que, no âmbito da elaboração da LDO, somente o Poder Judiciário pode ser consultado pelo Poder Executivo, prerrogativa que não se estende ao Ministério Público.
- Ⓑ constitucional, porque somente os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário devem participar do processo legislativo orçamentário.
- Ⓒ inconstitucional, porque o Ministério Público possui direito subjetivo público de participação no ciclo orçamentário em que haja limitação de suas despesas.
- Ⓓ inconstitucional, pois a LDO não pode limitar as despesas do Ministério Público.
- Ⓔ constitucional, uma vez que cabe exclusivamente ao Poder Executivo a elaboração das leis orçamentárias, sobretudo da LDO.

**Questão 79**

Segundo o art. 165, § 9.º, II, da CF, cabe a lei complementar estabelecer condições para a instituição e o funcionamento de fundos. No entanto, como até hoje não foi publicada lei complementar federal com a regulamentação de tais condições, os fundos criados por medida provisória editada pelo Poder Executivo federal

- Ⓐ estão suspensos e dependem da publicação da lei complementar que estabeleça as condições para seu funcionamento.
- Ⓑ são nulos e estão automaticamente extintos, com efeitos *ex tunc*.
- Ⓒ permanecem válidos e eficazes, pois os fundos são disciplinados na Lei n.º 4.320/1964, recepcionada pela CF como lei complementar, além de a medida provisória ter força de lei.
- Ⓓ são anuláveis, mas seus efeitos ficam preservados até que sobrevenha a lei complementar geral prevista no art. 165, § 9.º, inciso II, da CF.
- Ⓔ são inválidos, porque sua criação depende de autorização legislativa, logo não poderiam ser criados por medida provisória.

**Questão 80**

Lei estadual que possibilite excluir do câmputo das despesas com pessoal todo e qualquer contrato de terceirização firmado pela administração pública estadual é

- Ⓐ inconstitucional, porque viola norma constitucional que disciplina o tema.
- Ⓑ constitucional, uma vez é convergente com a norma constitucional que disciplina o tema.
- Ⓒ inconstitucional, porque viola a Lei de Responsabilidade Fiscal, norma geral federal que disciplina o tema.
- Ⓓ constitucional, haja vista a lacuna de norma geral federal que discipline o tema.
- Ⓔ constitucional, pois está em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, norma geral federal que disciplina o tema.

**DIREITO ECONÔMICO****Questão 81**

De acordo com a jurisprudência do STF, lei estadual que obrigue distribuidoras de combustíveis que operam em seu território a fornecerem certificado de composição química de combustíveis é

- Ⓐ inconstitucional, uma vez que a atividade de distribuição de petróleo é de monopólio da União.
- Ⓑ constitucional, haja vista a competência concorrente da União, dos estados e do DF para legislar sobre produção e consumo, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- Ⓒ inconstitucional, porque compete privativamente à União legislar sobre energia.
- Ⓓ constitucional, uma vez é dos estados e do Distrito Federal a competência para legislar sobre energia.
- Ⓔ inconstitucional, porque compete privativamente à União legislar sobre defesa do consumidor e do meio ambiente.

**Questão 82**

Conforme a legislação vigente e o entendimento jurisprudencial do STF, serviços de transporte terrestre coletivo interestadual e internacional de passageiros que sejam desvinculados da exploração de obras de infraestrutura podem ser explorados

- Ⓐ apenas mediante permissão, sem necessidade de licitação prévia.
- Ⓑ apenas mediante concessão, precedida sempre de licitação.
- Ⓒ mediante autorização, sem necessidade de licitação prévia.
- Ⓓ mediante autorização, precedida sempre de licitação.
- Ⓔ somente mediante permissão, precedida sempre de licitação.

**Questão 83**

De acordo com a jurisprudência do STF, dispositivo de constituição estadual que proíba a prestação de serviços de arrecadação e movimentação de recursos financeiros por instituições financeiras privadas constituídas no Brasil, mas sob controle estrangeiro,

- Ⓐ está de acordo com a CF, pois tais instituições de fato não podem operar no Brasil sob controle estrangeiro.
- Ⓑ infringe a CF, pois tais atividades somente podem ser prestadas por empresa brasileira de capital nacional.
- Ⓒ viola os princípios constitucionais da isonomia, da livre iniciativa e da livre concorrência.
- Ⓓ viola a CF, pois tais serviços somente podem ser prestados por instituição financeira controlada por brasileiro.
- Ⓔ ofende a CF, pois tais atividades impõem riscos à soberania, à segurança nacional e à ordem econômica.

**Questão 84**

Suponha que determinada lei estadual fixe limite de tempo de espera para o atendimento de consumidores em operadoras de telefonia fixa e móvel, bem como preveja a cominação de sanções progressivas na hipótese de descumprimento do limite fixado. Nesse caso, a referida lei estadual é, segundo o entendimento do STF,

- Ⓐ inconstitucional, haja vista que há interferência no regime de exploração, na estrutura remuneratória da prestação dos serviços ou no equilíbrio dos contratos administrativos, de modo que há usurpação da competência privativa da União para legislar sobre direito civil.
- Ⓑ constitucional, por representar exercício legítimo competência concorrente da União, dos estados e do DF para legislar sobre direito do consumidor, independentemente da razoabilidade e da proporcionalidade dos limites temporais para esse atendimento.
- Ⓒ inconstitucional, por usurpar competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações.
- Ⓓ inconstitucional, por violar os princípios da livre concorrência e da liberdade de exercício das atividades econômicas.
- Ⓔ constitucional, por representar exercício legítimo da competência concorrente da União, dos estados e do DF para legislar sobre direito do consumidor, desde que os limites temporais estabelecidos sejam razoáveis e proporcionais para esse atendimento.

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO****Questão 85**

A base de cálculo sobre a qual incidirá a contribuição previdenciária das diversas espécies de segurados do RGPS, normalmente formado por parcelas remuneratórias do trabalho, ou, no caso do segurado facultativo, o valor por ele declarado, observados os limites máximos e mínimos legais, corresponde à definição de

- Ⓐ piso salarial da categoria.
- Ⓑ salário de benefício.
- Ⓒ renda mensal do benefício.
- Ⓓ salário-base.
- Ⓔ salário de contribuição.

**Questão 86**

Julgue os seguintes itens, relativos aos planos de benefícios do RGPS.

- I A carência do salário-maternidade da segurada especial é de 10 contribuições mensais.
- II A reabilitação profissional é um serviço que poderá ser prestado tanto ao segurado quanto ao seu dependente.
- III O fator previdenciário incide no cálculo do salário de benefício de todos os benefícios previdenciários do RGPS.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item II está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 87**

Acerca das normas gerais sobre organização e funcionamento dos RPPS, assinale a opção correta.

- A** Caso um aposentado pelo RPPS venha a exercer cargo temporário no mesmo ente da Federação no qual se aposentou, ele se filiará, obrigatoriamente, ao RGPS.
- B** O segurado de RPPS quando licenciado, conforme a lei do ente federativo, por mais de 12 meses, deixa de ser filiado ao regime próprio a que estava vinculado.
- C** É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, em decorrência do exercício de cargos acumuláveis previstos na CF.
- D** Os tabeliães, não remunerados pelos cofres públicos, são segurados obrigatórios do RPPS.
- E** O RPPS concederá os benefícios de aposentadoria, de pensão por morte, de salário-maternidade e por incapacidade temporária.

**Questão 88**

A respeito do regime de previdência complementar dos servidores públicos, assinale a opção correta.

- A** Poderão figurar como participantes desse regime tanto os ocupantes de cargo de provimento efetivo quanto os empregados públicos.
- B** No âmbito do Judiciário e do Legislativo, o referido regime será instituído por lei de iniciativa dos respectivos Poderes.
- C** Essa modalidade de regime previdenciário será efetivada apenas por intermédio de entidade fechada de previdência complementar.
- D** Nesse regime de previdência, serão oferecidos planos na modalidade benefício definido.
- E** Esse regime de previdência não poderá ser aplicado ao servidor sem sua prévia e expressa opção, ainda que ele tenha ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do regime de previdência complementar.

**Questão 89**

Julgue os seguintes itens, no que se refere ao tempo de contribuição para fins previdenciários, conforme a legislação previdenciária e a jurisprudência do STJ.

- I O segurado que exerce atividades em condições especiais, quando em gozo de auxílio-doença, acidentário ou previdenciário, faz jus ao cômputo desse mesmo período como tempo de serviço especial.
- II O segurado que tenha provado o desempenho de serviço rural em período anterior à vigência da Lei n.º 8.213/1991 tem direito à expedição de certidão nesse sentido para averbação nos seus assentamentos e fará jus ao cômputo do aludido tempo rural, no respectivo órgão público empregador, para a contagem recíproca no regime estatutário com a respectiva certidão de tempo de serviço rural, independentemente do comprovante de pagamento das respectivas contribuições previdenciárias.
- III A sentença trabalhista homologatória de acordo, assim como a anotação na CTPS e demais documentos dela decorrentes, somente será considerada início de prova material válida quando houver nos autos elementos probatórios contemporâneos que comprovem os fatos alegados e sejam aptos a demonstrar o tempo de serviço no período que se pretende reconhecer na ação previdenciária, exceto na hipótese de caso fortuito ou força maior.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item II está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 90**

Com base na legislação que rege o acidente do trabalho, assinale a opção correta.

- A** Os períodos destinados a refeição ou descanso estão excluídos do exercício do trabalho para fins de caracterização de acidente laboral.
- B** Em caso de morte em decorrência de acidente do trabalho, as prestações do respectivo benefício acidentário (pensão por morte acidentária) são imprescritíveis.
- C** O pescador artesanal, enquadrado como segurado especial, faz jus aos benefícios pagos por acidente de trabalho.
- D** O rol de doenças profissionais e do trabalho elaborado pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social para caracterizar acidente de trabalho é taxativo.
- E** Em caso de acidente laboral, o empregado doméstico e o segurado individual não prestador de serviços fazem jus à prestação acidentária.

## LEGISLAÇÃO ESTADUAL

## Questão 91

Acerca dos bens imóveis do estado do Piauí, assinale a opção correta conforme a Constituição do Estado do Piauí.

- Ⓐ A alienação de bens imóveis das sociedades de economia mista dispensa prévia avaliação e autorização legislativa.
- Ⓑ A alienação de bens imóveis de empresa pública do estado do Piauí dependerá de procedimento licitatório quando for destinada à regularização fundiária.
- Ⓒ A alienação de bens imóveis do estado Piauí destinada a outra entidade da administração pública de qualquer esfera federativa está condicionada a prévio procedimento licitatório.
- Ⓓ A proibição de alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio estadual no período de 180 dias que precede a posse do governador do estado não é estendida aos imóveis das entidades da administração autárquica e fundacional.
- Ⓔ A utilização gratuita dos bens imóveis do estado do Piauí por terceiros somente é admitida mediante autorização legislativa.

## Questão 92

De acordo com a Constituição do Estado do Piauí, é competência privativa do governador do estado do Piauí a iniciativa de lei a respeito de

- Ⓐ criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.
- Ⓑ normas gerais relativas a alienação, cessão, permuta, arrendamento ou aquisição de bens públicos.
- Ⓒ alteração dos efetivos do Corpo de Bombeiros Militar.
- Ⓓ instituição de impostos.
- Ⓔ planos e programas regionais e setoriais de desenvolvimento.

## Questão 93

De acordo com a Lei de Organização Administrativa do Estado do Piauí (Lei Estadual n.º 7.884/2022), compete à Secretaria de Justiça

- Ⓐ executar medidas socioeducativas de internação e semiliberdade determinadas judicialmente.
- Ⓑ exercer atribuições de polícia administrativa e judiciária, executando ações policiais típicas, preventivas e repressivas.
- Ⓒ elaborar e executar serviços, programas e projetos de proteção especial às vítimas e testemunhas de crimes.
- Ⓓ promover a modernização do aparelho policial do estado.
- Ⓔ desenvolver políticas de respeito à pessoa humana e aos direitos dos cidadãos, no exercício das atividades de polícia, com rigorosa observância das garantias constitucionais e legais.

## Questão 94

À luz da Lei de Organização Administrativa do Estado do Piauí, assinale a opção correta.

- Ⓐ O acompanhamento da tramitação de projetos de lei na Assembleia Legislativa é atribuição da PGE/PI.
- Ⓑ A Diretoria de Assuntos Jurídicos integra a estrutura da Secretaria de Governo.
- Ⓒ Os cargos de procurador-geral do estado e de chefe de gabinete do governador do estado têm natureza de secretário de estado.
- Ⓓ A Comissão de Gestão Financeira e Gestão por Resultados, presidida pelo procurador-geral do estado, tem a atribuição de acompanhar a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Piauí.
- Ⓔ O cargo de diretor de assuntos jurídicos é cargo de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração, podendo ser ocupado por quem não é servidor público.

## Questão 95

De acordo com a Lei Complementar Estadual n.º 13/1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Piauí, das autarquias e das fundações públicas estaduais, é permitido que figure como beneficiário da pensão por morte de um servidor público estadual

- Ⓐ sua mãe e seu pai, desde que comprovem dependência econômica do servidor falecido.
- Ⓑ seu irmão, cujo direito prescinde da demonstração de dependência econômica do servidor falecido.
- Ⓒ seu cônjuge, desde que não seja divorciado ou não esteja separado judicialmente.
- Ⓓ seu companheiro em regime de união estável, desde que demonstrada a dependência econômica do servidor falecido.
- Ⓔ seu filho menor de 21 anos, desde que comprove a sua condição de invalidez ou a existência de deficiência grave.

## Questão 96

A respeito da contratação por tempo determinado no serviço para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da administração pública estadual direta, das autarquias e das fundações públicas, assinale a opção correta, de acordo com a Lei estadual n.º 5.309/2003.

- Ⓐ A rescisão de um contrato por prazo determinado por razões de conveniência administrativa não enseja direito à indenização em favor do contratado.
- Ⓑ O recrutamento de pessoal por meio de contratação por tempo determinado, em regra, dispensa a realização de processo seletivo, bastando a análise do *curriculum vitae* dos candidatos.
- Ⓒ Em razão da precariedade do vínculo e da natureza temporária do serviço, o contratado por prazo determinado não contribui para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS).
- Ⓓ A contratação por tempo determinado deve ser autorizada pelo chefe do respectivo órgão contratante, dispensada a autorização do governador do estado.
- Ⓔ Nas contratações temporárias de excepcional interesse público que visem atender a situações de calamidade pública, sempre será dado pelo Poder Executivo, no prazo de até 15 dias contados da assinatura dos contratos, ciência à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí por meio de relatório.

## Questão 97

A respeito da organização administrativa da PGE/PI, de acordo com a Lei Complementar Estadual n.º 56/2005, o Decreto Estadual n.º 19.980/2021 e a Resolução CSPGE n.º 1/2024, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os honorários advocatícios decorrentes da atuação da PGE/PI serão distribuídos igualmente entre os procuradores estaduais ativos e os inativos.
- Ⓑ A atuação da Câmara de Prevenção e Resolução de Conflitos Administrativos no âmbito da PGE/PI (CEMAPI) resume-se à resolução de conflitos que envolvam órgãos e entidades da administração pública estadual.
- Ⓒ O Conselho Superior da PGE/PI tem competência para editar súmulas de jurisprudência administrativa, as quais vincularão a atuação dos procuradores do estado.
- Ⓓ É competência do procurador-geral do estado decidir sobre os cumprimentos dos requisitos relativos ao estágio probatório dos procuradores do estado.
- Ⓔ Compete à Procuradoria Tributária elaborar e rever anteprojeto de leis, decretos e atos normativos de interesse da PGE/PI.

**Questão 98**

A respeito da extinção, por transação judicial, de créditos tributários objeto de execução fiscal movida pelo estado do Piauí, assinale a opção correta de acordo com a Lei Complementar estadual n.º 130/2009.

- Ⓐ No caso de requerimento de transação judicial formulado por entidades da administração pública federal, é permitido ao estado do Piauí utilizar os recursos oriundos dessa transação para saldar as dívidas de suas empresas estatais com a entidade requerente.
- Ⓑ Na transação judicial, admite-se a dispensa dos juros e das multas, até o limite de 20% do valor da execução atualizada, podendo a dispensa, inclusive, atingir o valor do imposto devido.
- Ⓒ No âmbito da transação judicial, não se admite o reconhecimento, em juízo ou administrativamente, da extinção do crédito por prescrição intercorrente.
- Ⓓ A transação da cobrança judicial veda a diferenciação do patamar de desconto pelo tipo de imposto cobrado, assim como pela forma de pagamento do débito, isto é, se parcelado ou a vista.
- Ⓔ A subscrição do instrumento de transação judicial pelo procurador do estado é automática e independe do deferimento judicial do pedido de desistência de toda a ação ou execução já ajuizada pelo devedor em oposição à respectiva execução fiscal.

**Questão 99**

Segundo a Política Estadual de Regularização Fundiária Urbana (Lei estadual n.º 8.153/2023), aquele que ocupar, de forma precária e para fins de moradia, um imóvel urbano de propriedade do estado do Piauí poderá obter a regularização de sua ocupação individual informal e adquirir diretamente o domínio do imóvel, desde que comprove, entre outros requisitos, que

- Ⓐ a parcela ocupada do imóvel está precisamente identificada.
- Ⓑ o imóvel está localizado em área de baixo risco ambiental.
- Ⓒ a ocupação direta, mansa e pacífica do imóvel foi consolidada até dezembro de 2023.
- Ⓓ o imóvel não é objeto de destinação temporária a terceiro.
- Ⓔ o lote ocupado não contém edificação.

**Questão 100**

Em relação às regras aplicáveis às pensões por morte no âmbito do regime próprio de previdência social (RPPS) do estado do Piauí, assinale a opção correta, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 54/2019.

- Ⓐ A avaliação biopsicossocial do dependente com deficiência intelectual ou mental deve ser realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e será feita obrigatoriamente após o óbito do segurado, devendo ser observada a revisão periódica na forma da legislação.
- Ⓑ As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade, mas serão reversíveis aos demais dependentes, preservando-se o valor de 100% da pensão por morte quando o número de dependentes for igual ou superior a três.
- Ⓒ Os dependentes dos policiais civis têm direito ao recebimento do benefício da pensão por morte decorrente de agressão sofrida por esses servidores no exercício de suas atribuições ou em razão de sua função, e, para o cônjuge ou companheiro, a pensão é vitalícia e deve ser paga em valor equivalente à remuneração do cargo do servidor.
- Ⓓ A pensão por morte concedida a dependente inválido ou com deficiência intelectual ou mental grave será equivalente a uma cota familiar de 50% do valor da aposentadoria recebida pelo servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100%.
- Ⓔ Equiparam-se a filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente o enteado e o menor tutelado, independentemente de comprovação da dependência econômica destes em relação ao servidor.

**Espaço livre**